



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Você recebeu do fiscal o seguinte material:
 - a. Este caderno com questões objetivas e discursivas, sem repetição ou falha.
 - b. **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.
 - c. **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões discursivas formuladas na prova.
2. Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
3. Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a **caneta esferográfica de tinta cor preta ou azul**.
4. No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo todo o espaço compreendido, a caneta esferográfica de tinta cor preta ou azul, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
5. Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
6. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas alternativas que só uma responde, adequadamente, ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**, a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
7. As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
8. **SERÁ ELIMINADO do CERTAME PÚBLICO** o candidato que:
 - a. Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - b. Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CARTÃO-RESPOSTA**.
9. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
10. As respostas da prova discursiva, devem limitar-se ao espaço de linhas destinadas às questões.
11. O candidato poderá levar o caderno de questões somente faltando 15 minutos para o término das provas.

BOA PROVA.



1. Acerca da competência dos órgãos da Justiça Federal, **NÃO** é possível afirmar que:

- (A) compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal e os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal; dentre outras hipóteses previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (B) compete aos juízes federais processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas.
- (C) aos Tribunais Regionais Federais compete processar e julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.
- (D) a justiça federal e a Justiça Militar têm competência concorrente para processar e julgar todos os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, de acordo com a previsão constitucional.

2. De acordo a jurisprudência dos Tribunais Superiores assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) em relação aos direitos de pessoas com deficiência o Supremo Tribunal Federal já reconheceu que “ Em regra, princípios constitucionais obrigam a Administração Pública a colocar em prática uma política pública abrangente que esteja voltada à concretização deles, sem, contudo, especificar qual é. Não se encontrando o Poder Judiciário aparelhado a tomar decisões quanto à eficácia das inúmeras políticas disponíveis para concretizá-los, há de reconhecer a prerrogativa do administrador em selecioná-las. Essa situação, contudo, revela-se diferente se estão em causa prestações relacionadas ao mínimo existencial ou obrigações que, por força dos próprios enunciados adotados pela Constituição e leis aplicáveis, restringem as opções da Administração, exatamente o que ocorre na situação em análise”.
- (B) o STJ entendeu recentemente pela possibilidade de interferência do Poder Judiciário na escolha dos membros da banca examinadora de concurso público para o cargo de professor universitário.
- (C) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar desembargadores, mesmo que os fatos imputados não tenham relação com o exercício do cargo, para garantir a imparcialidade.
- (D) a Ação Popular tem por objetivo a tutela de direitos transindividuais, e ainda assim, se presta à mera tutela patrimonial dos cofres estatais, à contraposição pura e simples da atividade administrativa, e à defesa de interesses do cidadão figurante no polo ativo.

3. No caso de conflito entre a liberdade de informação e a proteção aos direitos da personalidade, levando em conta o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema e a ponderação de alguns elementos, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o compromisso ético com a informação verossímil deve ser observado.
- (B) a preservação dos chamados direitos da personalidade, dentre os quais se incluem os direitos à honra, à imagem, à privacidade e à intimidade deve ser mantida.
- (C) é vedado divulgar crítica jornalística com intuito de difamar, injuriar ou caluniar a pessoa (animus injuriandi vel diffamandi).
- (D) ante o interesse público envolvido e a posição que exercem na sociedade, as personalidades públicas podem ter reduzida a expectativa de privacidade em comparação com cidadãos comuns, autorizando a desconsideração total de sua intimidade.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

4. Sobre a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) podem propor as ações o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal e a Mesa da Câmara dos Deputados; dentre outros previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.
- (B) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (C) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- (D) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em quinze dias.

5. Considerando a jurisprudência sobre o processo objetivo, julgue os itens abaixo e assinale o **CORRETO**:

- (A) não se conta em dobro o prazo recursal para a Fazenda Pública em processo objetivo, mesmo que seja para interposição de recurso extraordinário em processo de fiscalização normativa abstrata. O prazo é simples.
- (B) STF, no exercício da competência geral de fiscalizar a compatibilidade formal e material de qualquer ato normativo com a Constituição, não pode declarar a inconstitucionalidade, incidentalmente, de normas tidas como fundamento da decisão ou do ato que é impugnado na reclamação.
- (C) é inconstitucional a contratação direta de advogados pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, mesmo preenchidos os requisitos da lei e não havendo impedimento específico para a contratação desses serviços.
- (D) a pessoa física tem representatividade adequada para intervir na qualidade de amigo da Corte em ação direta.

6. O Decreto nº 3.087/1999 promulgou a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993. Julgue as afirmativas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- (A) a Convenção será aplicada quando uma criança com residência habitual em um Estado Contratante ("o Estado de origem") tiver sido, for, ou deva ser deslocada para outro Estado Contratante ("o Estado de acolhida"), quer após sua adoção no Estado de origem por cônjuges ou por uma pessoa residente habitualmente no Estado de acolhida, quer para que essa adoção seja realizada, no Estado de acolhida ou no Estado de origem.
- (B) as adoções abrangidas por esta Convenção só poderão ocorrer quando as autoridades competentes do Estado de acolhida: a) tiverem verificado que os futuros pais adotivos encontram-se habilitados e aptos para adotar; b) tiverem-se assegurado de que os futuros pais adotivos foram convenientemente orientados; c) tiverem verificado que a criança foi ou será autorizada a entrar e a residir permanentemente no Estado de acolhida.
- (C) as Autoridades Centrais deverão cooperar entre si e promover a colaboração entre as autoridades competentes de seus respectivos Estados a fim de assegurar a proteção das crianças e alcançar os demais objetivos da Convenção.
- (D) a Convenção afeta os instrumentos internacionais em que os Estados Contratantes sejam Partes e que contenham disposições sobre as matérias reguladas pela presente Convenção.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

7. Com base nas previsões constitucionais vigentes, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, independentemente de indenização ulterior ao proprietário, se houver dano.
- (B) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (C) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (D) aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

8. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas prevê no artigo 1º que “Os indígenas têm direito, a título coletivo ou individual, ao pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos³ e o direito internacional dos direitos humanos”. Sobre a questão indígena e a jurisprudência dos Tribunais brasileiros, assinale a opção **INCORRETA**:

- (A) a União é parte passiva legítima em ação que discute posse sobre área objeto também em demarcação de reserva indígena.
- (B) nos termos do art. 109, IX, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal o processamento e julgamento das causas que envolvem a disputa de direitos indígenas, incluídos aqueles que dizem respeito a sua organização social, tradições, direitos originários sobre as terras, entre outros que evidenciem a proteção do referido grupo étnico.
- (C) a Constituição de 1988 rompe com um paradigma assimilacionista, que pretendia a progressiva integração do indígena à sociedade nacional, a fim de que deixasse paulatinamente sua condição, para um paradigma de reconhecimento e incentivo ao pluralismo sociocultural e ao direito de existir como indígena.
- (D) Cabe ao Estado atuar concretamente na efetivação dos direitos das comunidades indígenas, porém não é assegurado o direito à educação diferenciada pelas crianças indígenas, mesmo diante da necessidade de preservação da identidade cultural e sobrevivência como grupo étnico diferenciado.

9. Tendo por base as disposições constitucionais e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é **FALSO** o seguinte item:

- (A) a avaliação do interesse da sociedade para se divulgar informações sobre personalidades públicas deve ser ponderado em face do direito à intimidade e à privacidade, evitando-se a desnecessária exposição de detalhes da vida pessoal que não tenham relevância social.
- (B) o partido político com representação no Congresso Nacional poderá propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) todos os Procuradores de Justiça têm legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.
- (D) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.



10. Acerca do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar:

- (A) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar desembargadores, mesmo que os fatos imputados não tenham relação com o exercício do cargo, para garantir a imparcialidade.
- (B) A competência do Superior Tribunal de Justiça para o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por membros dos Tribunais de Contas dos Estados (art. 105, I, "a", da CF/1988) abarca a suposta autoria intelectual de crime de homicídio, tentado ou consumado.
- (C) não configura usurpação da competência do STJ quando o Tribunal de origem não conhece do pedido de reconsideração como agravo em recurso especial, a despeito de pedido subsidiário expresso.
- (D) A mera alegação por uma das partes da necessidade de intervenção da União, entidade autárquica ou empresa pública federal em uma demanda entre pessoas privadas em trâmite na Justiça Estadual é suficiente para que haja o deslocamento de competência para a Justiça Federal.

11. Considerando as disposições legais sobre a aposentadoria especial, assinale a alternativa **correta** a respeito da possibilidade de conversão de tempo especial em tempo comum após a Reforma da Previdência (EC 103/2019).

- (A) Após a Reforma da Previdência, não é mais possível a conversão de tempo especial em tempo comum, independentemente de o tempo de atividade ter sido prestado antes ou depois da reforma.
- (B) A conversão de tempo especial em tempo comum permanece possível para atividades exercidas antes da Reforma da Previdência, mas não para aquelas realizadas após a publicação da EC 103/2019.
- (C) A conversão de tempo especial em tempo comum é permitida após a Reforma da Previdência, apenas para segurados que exercem atividades insalubres em grau máximo.
- (D) Com a EC 103/2019, a conversão de tempo especial em tempo comum foi limitada exclusivamente aos segurados com deficiência.

12. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a aposentadoria por idade do trabalhador rural, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A concessão da aposentadoria por idade rural é inviável para segurados que possuam áreas maiores que quatro módulos fiscais, pois essa extensão descaracteriza o regime de economia familiar.
- (B) Admite-se a concessão de aposentadoria por idade rural para segurados com propriedades superiores a quatro módulos fiscais, desde que comprovada a subsistência de regime de economia familiar por outros elementos probatórios.
- (C) Para concessão de aposentadoria por idade rural em áreas maiores que quatro módulos fiscais, é obrigatória a comprovação de que o segurado não possui qualquer outra fonte de renda além da atividade agrícola em regime de economia familiar.
- (D) O limite de quatro módulos fiscais é apenas indicativo; segurados podem ser considerados especiais mesmo sem atender a esse limite, dispensando-se a necessidade de comprovação do regime de economia familiar.



13. Uma segurada busca a concessão de aposentadoria por idade, utilizando períodos de trabalho rural realizados antes do advento da Lei nº 8.213/91, sem recolhimento de contribuições, além de períodos urbanos recentes. Considerando o entendimento da jurisprudência do STJ sobre o tema, qual das alternativas a seguir está **correta**?

- (A) A segurada não pode usar períodos rurais sem contribuição para cumprir o tempo de carência exigido, pois a Lei 8.213/91 exige contribuições para a contagem de tempo de carência em atividades rurais.
- (B) A concessão de aposentadoria híbrida exige que o último vínculo de trabalho do segurado seja rural, e o tempo de serviço urbano só pode ser considerado se houver continuidade em atividades rurais.
- (C) A segurada pode somar períodos de trabalho rural e urbano para cumprir a carência, mesmo que o período rural seja remoto e sem contribuição, desde que atendido o requisito etário e sem necessidade de atividade rural próxima ao requerimento.
- (D) A aposentadoria híbrida permite a mescla de períodos urbanos e rurais, desde que atendido o requisito etário e o trabalhador comprovar recolhimentos previdenciários durante o tempo em que exerceu atividades rurais.

14. Acerca da incidência ou não das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS não cumulativas sobre os valores de juros calculados pela taxa SELIC ou outros índices em repetições de indébito tributário, devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados decorrentes de obrigações contratuais em atraso, assinale a alternativa **correta**, levando em conta a posição da jurisprudência do STJ.

- (A) Os juros de mora recebidos em repetições de indébito tributário, por se tratarem de indenizações a título de danos emergentes, estão fora do conceito de Receita Bruta e, portanto, isentos das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS.
- (B) Os juros remuneratórios, quando incidentes sobre depósitos judiciais devolvidos, não integram a Receita Bruta e, assim, ficam fora da base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS.
- (C) Os juros de mora oriundos de repetição de indébito tributário, ainda que indenizatórios, são classificados como Receita Bruta Operacional para fins de incidência das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS.
- (D) Tanto os juros de mora quanto os juros remuneratórios recebidos em repetição de indébito tributário são classificados como receitas financeiras, excluídas da Receita Bruta para efeitos das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS.

15. Em uma execução fiscal ajuizada em face de uma empresa em recuperação judicial, assinale a alternativa **correta** acerca da possibilidade de constrição de bens dessa empresa.

- (A) O juízo da execução fiscal não possui competência para determinar a penhora de bens de empresa em recuperação judicial, pois compete exclusivamente ao juízo da recuperação decidir sobre qualquer ato de constrição patrimonial.
- (B) A partir da Lei nº 14.112/2020, o juízo da execução fiscal pode prosseguir com a execução e determinar atos de constrição contra empresa em recuperação judicial, mas o juízo da recuperação pode determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens essenciais à manutenção da atividade empresarial.
- (C) O juízo da execução fiscal não pode determinar qualquer constrição sobre o patrimônio da empresa em recuperação judicial, visto que as execuções fiscais ficam suspensas com o deferimento da recuperação judicial.
- (D) Com a entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020, o juízo da execução fiscal pode prosseguir com atos de constrição de bens de empresas em recuperação judicial, independentemente de consulta ao juízo da recuperação, que apenas monitora o impacto no plano de recuperação.



16. Uma empresa alega que a parcela referente à correção monetária de suas aplicações financeiras não deveria ser tributada pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), argumentando que essa correção apenas recompõe o valor real do capital frente à inflação e não constitui acréscimo patrimonial. Considerando o entendimento jurisprudencial do Tribunal da Cidadania, qual das alternativas a seguir está **correta**?

- (A) A correção monetária das aplicações financeiras integra a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, pois representa um acréscimo patrimonial, enquadrando-se como componente do rendimento da aplicação financeira.
- (B) A correção monetária não deve ser tributada, pois seu objetivo é exclusivamente preservar o poder aquisitivo do capital, sem gerar efetivo aumento de riqueza para o contribuinte.
- (C) A exclusão da correção monetária da base de cálculo do IRPJ e da CSLL é permitida quando a empresa consegue comprovar que o valor corrigido apenas repõe perdas inflacionárias, sem impacto patrimonial.
- (D) A incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária de aplicações financeiras é inconstitucional, pois viola o princípio da capacidade contributiva, ao tributar um montante sem capacidade real de gerar riqueza.

17. Em uma execução fiscal, um devedor teve valores bloqueados via sistema BACENJUD antes de formalizar um pedido de parcelamento de seu débito tributário. Após a concessão do parcelamento, o devedor solicitou o levantamento da constrição argumentando que o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário. Diante dessa situação, qual das alternativas está **correta**?

- (A) O bloqueio de valores deve ser mantido, pois o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito, mas não libera as garantias já constituídas antes da adesão ao parcelamento.
- (B) A adesão ao parcelamento extingue a obrigação tributária e, portanto, o bloqueio de valores realizado pelo BACENJUD deve ser levantado imediatamente.
- (C) A concessão do parcelamento autoriza o levantamento do bloqueio de valores, uma vez que a suspensão da exigibilidade impede qualquer medida de constrição.
- (D) O bloqueio de valores via BACENJUD deve ser levantado caso o devedor apresente outra garantia em substituição, como fiança bancária ou seguro garantia.

18. Diante de uma situação em que um militar da Marinha, com mais de dez anos de serviço, solicita licença para tratar de interesse particular (LTID) para acompanhar sua esposa em um curso de francês no exterior, qual das seguintes alternativas está **correta** em relação aos requisitos legais para a concessão dessa licença?

- (A) A licença para tratar de interesse particular (LTID) é obrigatoriamente concedida, pois o militar possui mais de dez anos de efetivo serviço, conforme estabelecido pela Lei nº 6.880/80.
- (B) O pedido de licença para tratar de interesse particular pode ser recusado pela Marinha se houver conflito entre o pedido do militar e o interesse do serviço militar.
- (C) A licença para tratar de interesse particular (LTID) pode ser concedida apenas se o militar estiver acompanhando cônjuge ou companheiro(a) transferido(a) por serviço público para o exterior.
- (D) A licença para acompanhar cônjuge no exterior é sempre concedida com remuneração, independentemente do tempo de serviço do militar, conforme a Lei nº 6.880/80.



19. Em um concurso público para o cargo de Técnico de Laboratório - Área de Química, o edital exigia, como requisito de escolaridade, ensino médio completo com curso técnico em Química ou ensino médio profissionalizante na área. Um candidato aprovado, porém, possuía formação superior, incluindo bacharelado e mestrado em Química. A Administração Pública recusou sua posse, alegando ausência da qualificação específica exigida. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e os princípios aplicáveis, qual das alternativas abaixo está **correta**?

- (A) A Administração Pública agiu corretamente ao negar a posse, pois a titulação superior do candidato não se enquadra nos requisitos especificados no edital, desrespeitando o princípio da vinculação ao edital.
- (B) O candidato somente poderia ser empossado caso apresentasse formação específica em curso técnico, sendo irrelevante a titulação superior na mesma área, pois não garante as habilidades práticas necessárias.
- (C) A exigência de nível médio técnico é irrenunciável pela Administração, que deve seguir estritamente o edital, e a presença de qualificação superior implica a inaptidão do candidato para cargos de nível técnico.
- (D) A posse deve ser concedida ao candidato, pois a qualificação superior à exigida demonstra capacidade para o exercício do cargo, respeitando os princípios da razoabilidade e eficiência.

20. Um servidor público federal recebeu valores indevidos em sua remuneração, decorrentes de erro operacional da administração, que incorretamente calculou seus anuênios ao longo de cinco anos. Posteriormente, a administração solicitou a devolução dos valores. No tocante à necessidade de devolução de valores pagos indevidamente por erro operacional, qual das seguintes alternativas está **correta**, de acordo com o entendimento do STJ?

- (A) O servidor deve devolver os valores, independentemente de boa-fé, pois a boa-fé não é um fator relevante em casos de erro operacional da administração.
- (B) A devolução dos valores pagos indevidamente é obrigatória, exceto se o servidor comprovar que agiu de boa-fé e que não tinha meios de perceber o erro, dada a dificuldade de identificação nos contracheques.
- (C) A devolução é desnecessária, uma vez que qualquer pagamento feito pela administração, mesmo que indevido, integra-se ao patrimônio do servidor por tratar-se de verba de caráter alimentar.
- (D) O servidor está isento de devolver os valores, pois a administração pública tem o dever de garantir a correção dos pagamentos, assumindo todos os riscos de erros operacionais.

21. Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Mesmo que se destine à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (B) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de sua publicação oficial.
- (C) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- (D) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja produção já tenha sido completada, deve considerar a mudança de orientação geral, devendo aplicar a nova orientação para invalidar situações plenamente constituídas.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

22. No Direito Civil e Processual Civil brasileiro, a desconsideração da pessoa jurídica é aplicada seguindo as seguintes premissas:

I. A teoria da desconsideração da pessoa jurídica aplica-se ao caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio da personalidade ou de abuso de poder.

II. No processo civil, o incidente da desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte, do Ministério Público ou de ofício pelo juiz.

III. O incidente da desconsideração da personalidade jurídica só é cabível durante o processo de conhecimento.

IV. A mera existência de grupo econômico já autoriza a aplicação da desconsideração da personalidade.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) V, V, F, F

(B) F, V, F, V

(C) V, F, F, F

(D) V, V, F, V

23. No Direito Civil brasileiro, se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem. Acerca do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Embora sejam do mesmo gênero as coisas fungíveis, objeto das duas prestações, não se compensarão, verificando-se que diferem na qualidade, quando especificada no contrato.

(B) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever; mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.

(C) O devedor que, notificado, nada opõe à cessão que o credor faz a terceiros dos seus direitos, não pode opor ao cessionário a compensação, que antes da cessão teria podido opor ao cedente. Se, porém, a cessão lhe não tiver sido notificada, poderá opor ao cessionário compensação do crédito que antes tinha contra o cedente.

(D) Os prazos de favor, embora consagrados pelo uso geral, obstam a compensação.

24. A Lei nº 14.230/2021, publicada em 25/10/2021, alterou a Lei nº 8.429/92, trazendo relevantes modificações, tanto de natureza material quanto processual, para a persecução dos atos ímprobos perpetrados contra a Administração Pública. Da leitura das importantes alterações introduzidas pelo referido diploma legal, depreende-se que o legislador acabou por restringir a persecução dos atos ímprobos, ampliando garantias e direitos subjetivos ao agente público infrator, de modo que se pode concluir tratar-se, indiscutivelmente, de nova legislação mais benéfica aos réus contra os quais se dirige a ação civil pública. Considerando o disposto na Lei 8429/92, com as alterações trazidas pela Lei 14.230/21, e o julgamento do ARE 843489 (Tema nº 1.199 do STF), pode-se afirmar que:

I. Consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal, entes públicos que tenham sofrido prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados a propor ação e celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos.

II. Não são mais puníveis as condutas culposas, nos processos em curso, sem decisão definitiva, ainda que tais condutas sejam anteriores à vigência da Lei 14.230/21.

III. Os novos prazos prescricionais, previstos na Lei 14.230/21, aplicam-se de forma retroativa.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

IV. É cabível a rescisão de acórdão, com trânsito em julgado anterior à Lei 14.230/21, em que houve condenação da parte ré por conduta culposa, com base nas alterações efetivadas pela nova Lei de Improbidade Administrativa.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e IV apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) III e IV apenas.
- (D) II e IV apenas.

25. No que se refere ao instituto da cooperação jurídica internacional, indique a assertiva **INCORRETA**:

- (A) Na cooperação jurídica internacional, não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.
- (B) O Ministério da Justiça exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica. Recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central o encaminhará ao Ministério Público Federal, que requererá em juízo a medida solicitada.
- (C) Compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.
- (D) Segundo o Código de Processo Civil, a cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte. Outrossim, de acordo com a Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, quando uma criança tiver sido ilicitamente transferida ou retida e tenha decorrido um período de menos de 1 ano entre a data da transferência ou da retenção indevidas e a data do início do processo perante a autoridade judicial ou administrativa do Estado Contratante onde a criança se encontrar, a autoridade respectiva deverá ordenar o retorno imediato da criança.

26. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei nº 8.078/90.
- (B) São devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrentes de ação coletiva apenas quando houver impugnação.
- (C) Ajuizada ação coletiva atinente à macro-lide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva.
- (D) É válida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial, seja comercial, nos termos do inciso VII do art. 3º da Lei n. 8.009/1990.

27. Acerca da coisa julgada, segundo o Código de Processo Civil brasileiro, analise as afirmativas abaixo:

- I. A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- II. A sentença faz coisa julgada somente às partes entre as quais é dada.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

III. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.

IV. É permitido à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e IV apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) II e IV apenas.

28. Marque a alternativa **CORRETA** de acordo com o disposto no Código de Processo Civil acerca da jurisdição e da ação:

- (A) Não cabe ao autor manifestar interesse processual apenas com vistas à declaração da autenticidade ou falsidade de documento.
- (B) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- (C) Em nenhuma hipótese poderá ser pleiteado direito alheio em nome próprio.
- (D) Para postular em juízo é necessário interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.

29. No Direito Processual Civil brasileiro, acerca da competência interna, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- (B) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações de recuperação judicial, de falência, de insolvência civil e de acidente de trabalho; e, ainda, aquelas sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.
- (C) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (D) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

30. Analise as assertivas abaixo:

- I. Descabe a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência no Mandado de Segurança, por força do disposto no artigo 25 da Lei Federal nº 12.016/2009, bem como das Súmulas 512 do STF e 105 do STJ.
- II. O entendimento de que, pelo princípio da simetria, o art. 18 da Lei 7.347/1985 também beneficia a parte ré em Ação Civil Pública pode ser aplicado à Ação Popular.
- III. Aplica-se o art. 85, § 11, do CPC em caso de provimento parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento ou limitada a consectários da condenação.
- IV. Incabível a majoração de verba honorária sucumbencial, na forma do artigo 85, § 11, do CPC, quando ausente a sua fixação, desde a origem, no feito em que interposto o recurso.
- V. O encargo de 20% do Decreto-lei 1.025/69 é devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios. Assim, no caso de improcedência dos embargos opostos pelo devedor, a condenação em honorários imposta pela sentença pode ser excluída de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (C) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
- (D) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.

31. Acerca da ação monitória, analise as assertivas abaixo:

- I. Mediante prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, embargos à ação monitória.
- II. É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- III. Na ação monitória não se admite reconvenção.
- IV. Quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, deverá declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida, sob pena de rejeição liminar dos embargos se esse for o seu único fundamento.
- V. O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) I, III e IV estão corretas.
- (C) II, III e V estão corretas.
- (D) II, IV e V estão corretas.



32. Analise as assertivas abaixo:

- I. Contra decisão que inadmite recurso especial cabe o agravo de que trata o artigo 1.042 do Código de Processo Civil (CPC), devendo os autos, após a intimação do agravado, e não havendo retratação, ser remetidos ao STJ, para processamento e julgamento.
- II. Cabe agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso extraordinário sob a sistemática da repercussão geral.
- III. Contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais é cabível recurso especial.
- IV. Segundo a jurisprudência do STJ, é possível relevar o equívoco na interposição do recurso quando o jurisdicionado for induzido a erro pelo magistrado, aplicando-se o princípio da fungibilidade recursal.
- V. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (C) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
- (D) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.

33. Analise as assertivas abaixo:

- I. É vedado ao magistrado proferir julgamento de mérito fora dos limites estabelecidos pela lide, conforme previsto nos artigos 141 e 492 do Código de Processo Civil. Logo, quando o magistrado sentenciante vai além do pedido da parte, apreciando questão não formulada na inicial, desobedecendo ao princípio da congruência ou adstrição, o provimento jurisdicional caracteriza-se como ultra petita, devendo ser decotado da sentença.
- II. Consoante entendimento do STJ, a nulidade da sentença decorrente de julgamento citra petita pode ser reconhecida de ofício, com o julgamento imediato das matérias referentes ao mérito, desde que tenham sido objeto de amplo contraditório, não dependam de dilação probatória e estejam aptas ao julgamento.
- III. A condenação fundada em causa de pedir e pedido diversos da inicial configura julgamento extra petita, a impor a anulação da sentença e o retorno dos autos ao juízo de origem, para que outra seja proferida.
- IV. Conforme orientação jurisprudencial, não são cabíveis honorários recursais na hipótese de recurso que anula a sentença, pois essa providência torna sem efeito também o capítulo decisório referente aos honorários sucumbenciais.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (C) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (D) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

34. O art. 966 do CPC elenca as hipóteses em que a decisão de mérito pode ser rescindida, depois de transitada em julgado. Analise as alternativas abaixo e indique se o item é Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I. A Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelece que não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda tiver se baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

II. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, prazo estipulado para todos os incisos do art. 966 do CPC.

III. É rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou admissibilidade do recurso correspondente.

IV. Não é cabível ação rescisória, com fundamento no inciso V do art. 966, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

(A) V, F, V, F

(B) F, V, V, V

(C) V, F, F, V

(D) F, V, F, F

35. Analise as assertivas abaixo acerca da Ação Popular.

I. A ação popular tem por finalidade a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural (artigo 5º, LXXIII, da Constituição Federal), sendo descabido, segundo orientação jurisprudencial, formular pedido de caráter nitidamente mandamental (obrigação de fazer) e não desconstitutivo.

II. As entidades sindicais não possuem legitimidade para ajuizar ação popular.

III. Não é condição para o cabimento da ação popular a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos, dado que o art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular e impugnar, ainda que separadamente, ato lesivo ao patrimônio material, moral, cultural ou histórico do Estado ou de entidade de que ele participe.

IV. De acordo com a Lei da Ação Popular, somente a pessoa física portadora de título de eleitor tem legitimação para propor a ação popular. Nos termos da lei, a prova da cidadania será feita com o título eleitoral.

Assinale a alternativa **correta**:

(A) Todas as assertivas estão corretas.

(B) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

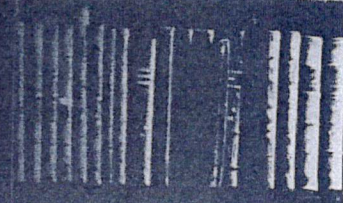
(D) Está correta apenas a assertiva III.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região



36. A respeito da busca e apreensão, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A busca e apreensão domiciliar exige mandado judicial, salvo em casos de flagrante delito ou desastre.
- (B) A busca e apreensão de dados armazenados em dispositivos eletrônicos exige autorização judicial específica.
- (C) O direito à intimidade e à vida privada pode ser relativizado em casos de investigação criminal, desde que haja fundamentação judicial.
- (D) A busca e apreensão domiciliar pode ser realizada a qualquer hora do dia ou da noite, independentemente da necessidade.

37. Pedro, brasileiro, falsificou notas de reais enquanto estava de férias nos Estados Unidos. Considerando os princípios da lei penal no espaço, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Pedro pode ser julgado no Brasil, mesmo que já tenha sido julgado nos Estados Unidos.
- (B) Pedro só pode ser julgado nos Estados Unidos, onde o crime foi cometido.
- (C) Pedro não pode ser julgado no Brasil, pois o crime foi cometido no exterior.
- (D) Pedro pode ser julgado no Brasil, desde que os Estados Unidos solicitem sua extradição.

38. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**.

I – Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a decretação da prisão preventiva de ofício, embora nula, convalida-se com posterior manifestação favorável do Ministério Público.

II - A conexão entre crimes da competência da Justiça Federal e da Estadual não enseja a reunião dos feitos.

III - É direito do defensor ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados em inquéritos policiais e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

- (A) Nenhuma das assertivas estão corretas.
- (B) Todas as assertivas estão corretas.
- (C) Somente a assertiva III está correta.
- (D) Somente as assertivas II e III estão corretas.

39. Sobre as medidas cautelares em processo penal é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, sempre que grande comoção popular reclame a restrição da liberdade do suspeito de prática criminosa, independentemente da existência de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

(B) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos, ainda que remotos, que justifiquem a aplicação da medida adotada.

(C) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

(D) Não será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

40. Ana foi presa transportando grande quantidade de cocaína escondida em um fundo falso da mala de seu veículo automotor. Durante a investigação, descobriu-se que ela fazia parte de uma organização criminosa especificamente voltada o envio de drogas para o exterior. Considerando a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) e a jurisprudência do STJ, qual crime Ana praticou?

(A) Associação para o tráfico em concurso com o crime de tráfico de drogas.

(B) Tráfico de drogas.

(C) Financiamento ao tráfico.

(D) Colaborar como informante de organização criminosa.

41. Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito da aplicação do princípio da insignificância no direito penal:

(A) É possível aplicar, excepcionalmente, o princípio da insignificância, inclusive nas hipóteses de reiteração delitiva, reincidência ou antecedentes, se as peculiaridades do caso concreto evidenciarem inexpressividade da lesão jurídica provocada e reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento do agente.

(B) A aplicação do princípio da insignificância requer a presença cumulativa das seguintes condições objetivas: mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(C) Tratando-se de infração de perigo abstrato, não se aplica o princípio da insignificância ao crime de desenvolvimento clandestino de atividade de telecomunicação, previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/1997.

(D) A lesão jurídica resultante do crime de sonegação fiscal, em regra, não pode ser considerada insignificante quando o valor dos tributos for superior a 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos.



42. Acerca do crime de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O crime de lavagem de bens, direitos ou valores, quando praticado na modalidade típica de ocultar, é permanente, protraindo-se sua execução até que os objetos materiais do branqueamento se tornem conhecidos.
- (B) Nos crimes de lavagem de dinheiro, não se requer que a denúncia indique lastro probatório mínimo em relação à infração penal antecedente.
- (C) No direito brasileiro não se admite a chamada “autolavagem” - isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, da infração antecedente e do crime de lavagem.
- (D) Configura crime de lavagem de dinheiro a conduta do agente que esconde as notas de dinheiro recebido como propina nos bolsos do paletó.

43. Sobre as provas ilícitas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A doutrina do “*fruto da árvore envenenada*” impede a utilização de provas derivadas de provas ilícitas.
- (B) É admissível a utilização de provas ilícitas para fins de investigação de crimes hediondos.
- (C) As provas ilícitas podem ser utilizadas no processo penal, desde que sejam ratificadas pelo juiz.
- (D) A ilicitude da prova deve ser alegada pela parte interessada, sob pena de preclusão.

44. O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13.964/19, pode ser aplicado a processos em curso na data da entrada em vigor da referida lei?

- (A) Não, o ANPP só pode ser aplicado a processos iniciados após a entrada em vigor da Lei nº 13.964/19, devido ao princípio *tempus regit actum*.
- (B) Sim, o ANPP pode ser aplicado a qualquer processo, independentemente da data de seu início ou trânsito em julgado.
- (C) Não, o ANPP só pode ser aplicado a processos em curso se a pena mínima cominada ao crime for inferior a dois anos.
- (D) Sim, o ANPP pode ser aplicado a processos em curso, desde que ainda não tenha havido sentença condenatória transitada em julgado.

45. Analise as seguintes afirmações sobre as causas de exclusão de ilicitude e de culpabilidade no Código Penal Brasileiro:

- I. A legítima defesa putativa, em regra, exclui a culpabilidade do agente por erro inevitável sobre a existência de agressão injusta.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

II. O consentimento do ofendido sempre exclui a ilicitude do fato, independentemente da disponibilidade do bem jurídico protegido pela norma penal.

III. A coação moral irresistível exclui a ilicitude da conduta, isentando o agente de pena.

IV. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la.

V. A embriaguez culposa completa, por si só, não exclui a imputabilidade penal.

Considerando as assertivas acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

46. Uma pessoa praticou um crime cuja pena cominada era de 4 a 8 anos de reclusão e multa. Com posterior alteração legislativa, a pena passou a ser de detenção de 2 a 6 anos, sem multa. No momento da sentença, mediante nova mudança na lei, a pena passou a ser de reclusão de 4 a 8 anos, sem multa. Sendo condenado, recorreu, e antes de o recurso ser julgado ocorreu nova alteração legislativa, mudando a pena para reclusão de 6 a 10 anos, sem multa.

Nessa situação, caso condene a pessoa, o juiz deve aplicar a lei:

(A) Que vigia no momento da prática do fato, devido ao princípio da atividade.

(B) Que resultar da combinação da parte mais favorável de cada uma das leis envolvidas na situação.

(C) Que vigia no momento da sentença, por ser a mais favorável à situação do réu.

(D) Que vigia quando do julgamento do recurso, por não prever a pena de multa.

47. Assinale a alternativa que **corretamente** diferencia as medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal brasileiro:

(A) O sequestro garante o pagamento da pena de multa; já o arresto impede a venda de bens do réu.

(B) O arresto recai sobre bens do crime; o sequestro sobre qualquer bem do réu.

(C) O sequestro visa à reparação do dano, antecipando os efeitos da condenação criminal, assegurando que os bens específicos sirvam para reparar o dano sofrido pela vítima ou pelo Estado; o arresto é a retenção de bens do acusado, relacionados ao crime, com a finalidade de assegurar busca assegurar o pagamento da pena de multa, das custas processuais e da indenização à vítima.

(D) A hipoteca legal incide sobre bens móveis; o sequestro sobre bens imóveis.



48. Imagine que um funcionário público, responsável por fiscalizar obras, recebe uma quantia em dinheiro para aprovar uma obra que não está de acordo com as normas de segurança. Que crime ele cometeu?

- (A) Peculato.
- (B) Corrupção Ativa.
- (C) Prevaricação.
- (D) Corrupção Passiva.

49. Marta encontrou uma carteira de identidade perdida na rua, recortando a fotografia original e inserindo a sua própria foto no documento, o qual utilizou para abrir uma conta bancária com nome falso. Qual crime Marta cometeu?

- (A) Falsidade ideológica.
- (B) Falsificação de documento público.
- (C) Falsificação de documento particular.
- (D) Apropriação de coisa achada.

50. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Por se tratar de crime habitual impróprio, os atos de gestão fraudulenta não configuram, necessariamente, pluralidade de crimes.
- (B) Para a caracterização do crime continuado, é apenas necessário que estejam preenchidos os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução).
- (C) A aplicação do princípio da insignificância é cabível ao crime de moeda falsa, nos casos em que as cédulas falsificadas não superem o valor de 1 (u) salário mínimo.
- (D) No crime de apropriação indébita previdenciária (artigo 168-A do CP) a demonstração de prévia capacidade financeira da sociedade empresária ao tempo dos fatos é elementar do crime, pois só assim é possível falar em especial fim de apropriação da verba.

**QUESTÕES DISCURSIVAS**

1- O servidor autárquico A, sujeito ao regime da Lei n. 8112/90, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente da Autarquia Federal X, foi demitido, após processo administrativo regular em que lhe foi assegurada a ampla defesa, por ter se servido do cargo para obter vantagem ilícita em detrimento da dignidade da função.

Processado por crime de corrupção passiva (art. 317, do Código Penal Brasileiro), foi absolvido por insuficiência de provas, por sentença que transitou em julgado, em 12/03/2019, ou seja, após a transformação da Autarquia Federal X na Empresa Pública Federal Y, que sucedeu a primeira em todos os direitos e obrigações, com autonomia financeira limitada e desempenhando atividade de interesse público essencial, mantendo o pessoal de sua antecessora em quadro suplementar e sujeito ao mesmo regime jurídico.

Em 10/03/2024, o servidor A ingressou em juízo com uma ação pelo procedimento comum, contra a Empresa Pública federal Y e a União Federal, objetivando a sua reintegração no cargo, alegando insubsistência do motivo de sua demissão. Pede o Autor a condenação das Rés, para solidariamente, reintegrá-lo no cargo, com o pagamento dos vencimentos, direitos e vantagens, inclusive promoções que deixou de usufruir por merecimento e por antiguidade, com acréscimo de correção monetária, juros de mora e honorários advocatícios na base de 20% sobre o montante das prestações vencidas e vincendas. Atribuiu à causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Citada, a empresa pública Y contestou a ação no prazo legal, tendo a União Federal oferecido a sua resposta tempestivamente.

Alegou a primeira ré, como preliminares, a ilegitimidade passiva ad causam e a prescrição da ação, sustentando, no mérito, a subsistência do motivo e, conseqüentemente, a improcedência da ação.

A União Federal, em resposta, se limitou a arguir a sua ilegitimidade passiva.

Réplica do Autor, rebatendo as preliminares.

Produziu-se a prova oral requerida pelo Autor, na audiência de instrução e julgamento, tendo as testemunhas se limitado a emitir conceitos genéricos sobre a idoneidade do Autor.

Responda às perguntas abaixo:

Discuta o candidato as preliminares arguidas pela primeira ré, no que tange à ilegitimidade passiva ad causam e à prescrição da ação.

Tem razão a União Federal em arguir a sua ilegitimidade passiva ad causam? Qual seria a consequência de tal ilegitimidade para a competência da Justiça Federal?

Poderia o juiz da causa, em razão da absolvição do servidor A, por insuficiência de provas, adentrar o mérito administrativo?

Discuta o candidato a aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes no julgamento da questão em tela.



1º CONCURSO DA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

da Justiça Federal da 2ª Região

2- Maria foi presa em flagrante delito pela suposta prática de tráfico de drogas. Durante a prisão, que ocorreu em sua residência, os policiais apreenderam seu celular sem mandado judicial. Alegando que Maria teria autorizado, os policiais ingressaram na residência sem mandado judicial e sem a presença de testemunhas. A partir de mensagens encontradas no aparelho, chegaram a João, que seria o fornecedor de Maria. João também foi preso. Com base em sua confissão, obtida após longo interrogatório em sede policial e sem a presença de advogado, a autoridade policial representou pela prisão preventiva de ambos.

Considerando a situação hipotética acima, discorra sobre as possíveis violações a garantias constitucionais no caso.

Na resposta o candidato deve abordar os seguintes tópicos: a) legalidade do ingresso dos policiais na residência de Maria; b) legalidade da apreensão do celular de Maria; c) legalidade da prisão de João; d) a validade da confissão de João como prova.

Justifique sua resposta com base na Constituição Federal, no Código de Processo Penal e em precedentes jurisprudenciais.